



Resenha de MARQUES, Angelica Alves da Cunha; RODRIGUES, Georgete Medleg; SANTOS, Paulo Roberto Elian dos (orgs.). *História da Arquivologia no Brasil: instituições, associativismo e produção científica*. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros/Faperj, 2014.

# Arquivologia no Brasil contemporâneo

Renato Pinto Venancio

Professor da Escola de Ciência da Informação da  
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)  
renvenancio@hotmail.com

A história dos arquivos e a história da Arquivologia ainda são pouco desenvolvidas entre nós. O livro *História da Arquivologia no Brasil*, organizado por Angelica Marques, Georgete Rodrigues e Paulo Elian, contribui para que parte dessa lacuna seja preenchida.

A obra em questão mobilizou dez pesquisadores de diferentes universidades e formações acadêmicas, que, a partir de recortes temáticos e cronológicos específicos, elaboraram um primeiro desenho do que poderia ser definido como a formação da Arquivologia contemporânea no Brasil. Outro aspecto do livro a ser destacado é a opção pela superação da “história factual”, substituída pela “história-problema”, aquela que identifica temas, recorre a conceitos teóricos e a hipóteses para compreendê-los e explicá-los. Essa opção, entretanto, não é isenta de desafios. Como eleger os temas mais abrangentes a respeito do vasto campo dos arquivos e da Arquivologia? Qual o recorte cronológico que deve ser privilegiado? Como definir o objeto dessa história? Qual aparato teórico-metodológico é o mais adequado?

Vejamos, de forma breve, como o enfrentamento desses desafios tem se manifestado na agenda internacional. Em 1999, Carol Couture, no livro *La formation et la recherche archivistique dans le monde* (A formação e a pesquisa arquivística no mundo), com base no levantamento de artigos de periódicos científicos, indicou nove principais temas de pesquisa na área: 1) objeto e finalidade da arquivística; 2) história dos arquivos e da arquivística; 3) funções arquivísticas; 4) gestão de programas e de serviços de arquivo; 5) tecnologia; 6) suportes e tipos de arquivos; 7) instituições arquivísticas; 8) problemas particulares aos arquivos; 9) arquivos e sociedade.

Em 2014, o mesmo autor, em parceria com Marcel Lajeunesse, publicou *L'Archivistique à l'ère du numérique: les éléments fondamentaux de la discipline* (A Arquivística na era digital: os elementos fundamentais da área). Nessa última obra é replicado o levantamento anterior, para o período 2002 a 2012, tendo sido identificados 11 temas principais: 1) teoria arquivística; 2) funções arquivísticas; 3) gestão de arquivos; 4) leis e normas arquivísticas; 5) história dos arquivos; 6) formação em arquivística; 7) métodos e técnicas de pesquisa em arquivística; 8) sistemas arquivísticos; 9) arquivos e sociedade/antropologia e sociologia arquivística; 10) prática arquivística; 11) “globalização” da arquivística.

Na comparação das duas listagens, percebe-se que a “história da arquivística” não está mais presente na segunda. Mas isso só aparentemente significa o desaparecimento dessa preocupação. Tal ausência decorre de uma tendência cada vez mais acentuada, principalmente entre os historiadores, de considerar a pesquisa na área de História como historicização das ciências humanas e sociais. De acordo com essa tendência, a História, como área de saber, consistiria muito mais em uma perspectiva do que em um conjunto teórico estruturado. Suas ferramentas conceituais seriam provenientes de vários campos do saber: Sociologia, Antropologia, Ciência Política, Teoria da Literatura, etc. Ademais, cabe sublinhar que na segunda listagem de Couture a “história da arquivística” reaparece de forma implícita nos estudos a respeito da “globalização” ou da relação “arquivo/sociedade”.

Refletindo essa tendência internacional, a obra *História da Arquivologia no Brasil* é fortemente marcada pelas perspectivas da Sociologia – principalmente a institucional e a da ciência –, dividindo-se em três eixos temáticos: *instituições, associativismo e produção científica*. O primeiro eixo aborda o impacto arquivístico<sup>1</sup> nas décadas de 1930 e 1960 decorrente do surgimento do DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público) e da Fundação Getúlio Vargas, assim como dos intercâmbios internacionais promovidos pelo Arquivo Nacional. O segundo eixo analisa as mudanças registradas entre 1970 e 1980, como a formação de associações profissionais e científicas da área. O terceiro eixo do livro explora mudanças mais recentes, referentes à evolução da produção científica e aos conteúdos curriculares dos cursos de Arquivologia.

Em vez da pura e simples identificação de mudanças ao longo do tempo, procurou-se definir os recortes temporais a partir dos temas de pesquisa. Nessa perspectiva, a própria “cronologia”, em vez de ser instrumentalizada de forma pragmática (por exemplo, para escolha de critérios formais de periodização), desloca-se para o campo epistemológico, resultando em um instigante quadro das mudanças registradas na Arquivologia brasileira.

Reflete-se, dessa maneira, em que medida as condições do Brasil, país periférico no sistema internacional, repercutiram no desenvolvimento técnico-científico da Arquivologia. Tendo em vista essa dimensão, foram investigadas suas especificidades, os momentos em que se procurou romper ou superar essa situação, assim como avaliar o contexto atual.

Os dez capítulos que compõem o livro debruçam-se sobre essas questões. Paulo Elian, no capítulo de abertura, apresenta texto intitulado “Administração pública, arquivos e documentação no Brasil: a presença do Departamento Administrativo do Serviço Público nas décadas de 1930 a 1950”. Nele revela-se, por exemplo, a importância do DASP. Criado em 1938, esse órgão teve por objetivo romper com a administração patrimonialista, propondo as pré-condições para a constituição de uma burocracia racional-legal nos moldes weberianos. O DASP procurou recrutar e treinar, por meio de estágios internacionais, uma geração de funcionários públicos atentos às mudanças que estavam ocorrendo no cenário arquivístico internacional.

A chegada ao Brasil das ideias da Arquivologia contemporânea deve muito ao empenho de parte do corpo técnico desse órgão. Os sistemas burocráticos racionais-legais implicaram, como implicam atualmente, em um aumento extraordinário da produção documental, levando à adoção de elaborados processos de classificação arquivística, e também de avaliação e destinação dos documentos de arquivo.

Essas questões são exploradas em estudo de caso, apresentado por Maria Leonilda Reis, em capítulo intitulado “O arquivo central da Fundação Getúlio Vargas e seu pioneirismo no cenário arquivístico brasileiro”. Nesse exemplo constata-se o pioneirismo da FGV como lugar de memória disciplinar da Arquivologia.

A partir desses textos, percebe-se a progressiva marginalização do Arquivo Nacional. Contudo, frente a essa situação, a instituição reagiu, principalmente a partir da gestão de José Honório Rodrigues (1958-1964). Os capítulos “Contribuições internacionais na institucionalização da Arquivologia no Brasil, 1959-1977”, de Angélica Marques e Georgete Rodrigues, e “O cenário arquivístico brasileiro nos anos 1980”, de José Maria Jardim, apresentam diferentes momentos dessa reação, seja pela vinda ao Brasil de expoentes do pensamento arquivístico e de traduções de obras clássicas, seja por meio de diagnósticos e de atualizações da legislação brasileira.

O capítulo de Yuri Queiroz, “Ação associativa nos processos de institucionalização do campo arquivístico no Brasil: 1971-1978” e o capítulo intitulado “Discursos de memória do associativismo arquivístico brasileiro”, de autoria de Eliezer Pires e Evelyn Goyannes, apresentam importantes elementos para a compreensão da formação da identidade profissional da área e revelam dimensões pouco conhecidas da autocompreensão comum aos anos 70 em relação ao descompasso entre a evolução do campo arquivístico nacional e o internacional.

Os dois capítulos subsequentes – “A produção do conhecimento em Arquivologia e os programas de pós-graduação em ciência da informação”, de autoria de Alexandre de Souza, e “Desenvolvimento, tendências, perfis e perspectivas dos cursos e docentes de Arquivologia no Brasil”, de Welder da Silva – registram os esforços empreendidos nas últimas décadas para a atualização do cenário arquivístico brasileiro.

Constata-se, portanto, que *História da Arquivologia no Brasil* é uma contribuição importante para área e abre novos caminhos de pesquisa. Muitos pesquisadores poderão explorar aspectos implícitos ou pouco explorados nessa obra. O DASP, por exemplo, abriu as portas para a modernização do cenário arquivístico nacional, estimulando estágios de bibliotecários em instituições norte-americanas e europeias. No entanto, há outra dimensão fundamental nessa história, não abordada pelo autor: é a que diz respeito à atuação de funcionários que não fizeram esse treinamento. Há abundantes registros dos problemas gerados por isso, mencionados nos relatórios elaborados por José Honório Rodrigues, sobre a adoção, no tratamento técnico de documentos de arquivo, de métodos oriundos da Biblioteconomia, ou mesmo o abandono dos serviços arquivísticos dos ministérios em prol dos centros de documentação.

No que diz respeito à FGV, cabe destacar o longuíssimo intervalo de tempo entre a proposta de criação do sistema de arquivos institucional e sua efetivação. O que sugere a existência de resistências – não mapeadas pela pesquisa – frente a essa inovação, para não mencionar a necessidade urgente de se estudarem as razões do caráter excepcional dessa experiência frente ao conjunto da administração pública e privada.

O estudo do contexto administrativo mais amplo também é um campo a ser explorado. Nele se situa, por exemplo, a investigação das tentativas de modernização do Arquivo Nacional, principalmente nos anos 80, quando ocorre uma transição de um Estado centralizado para outro cada vez mais adepto do neoliberalismo.

A questão das pesquisas e dos currículos, assim como as questões anteriores, sugere novas indagações. No meu modo de entender, os autores desses capítulos, ainda que não intencionalmente, conseguiram demonstrar que a área de “história dos arquivos” e a de “história da arquivologia” não constituíram motivo de preocupação na estruturação dos cursos e nas publicações da área. Procurar compreender as razões desse desinteresse talvez contribua para superá-lo.

Enfim, como se vê, o livro em questão, além de apresentar contribuições originais e inovadoras, sugere novos caminhos – e novos volumes! – para que se possa conhecer melhor a história da Arquivologia no Brasil.

### Referências Bibliográficas

COUTURE, Carol. *Législations archivistiques et politiques nationales d'archives: étude comparative d'impact*. Montréal: EBSI, 1991.

COUTURE, Carol; LAJEUNESSE, Marcel. *L'archivistique à l'ère du numérique: les éléments fondamentaux de la discipline*. Québec: Les Presses de l'Université du Québec, 2014.

Recebido em 30/03/2015

Aprovado em 13/04/2015